

As estruturas de dominação do colonizador e os recursos de resistência dos protagonistas na obra *A última tragédia*, de Abdulai Silá.

José Alves da Silva¹

Maria Aurinívea Sousa de Assis²

RESUMO

Este trabalho propõe uma análise da obra *A última tragédia*, de Abdulai Silá, e uma interlocução entre literatura e história para discutir relações dicotômicas entre colonizador e colonizado. Dessa forma, sua abordagem inicial se insere no método bibliográfico para a fundamentação acerca do processo de colonização em Guiné-Bissau, e, também, da independência, haja vista que o romance possui um enredo situado no primeiro período mencionado, mas remete às possibilidades de interpretação da pós-independência. A pesquisa debate uma trama envolvente na qual o narrador descreve tipos que seriam tomados como representativos do homem branco colonizador, cujas ações aludem às estratégias de dominação em solo guineense, por outro lado, aborda personagens locais que desmistificam a violenta noção de passividade dos povos autóctones presentes em outras diegeses ocidentais que preservam esse pensamento eurocentrista. Trata-se, por conseguinte, de mergulhar numa narrativa que reescreve o encontro do eu (nativo) com o outro (colonizador), interpretando os atos de resistência daquele frente à violência deste, enquanto processo pela busca de uma identidade individual e coletiva.

Palavras-chave: Literatura guineense, Abdulai Silá, colonialidade, resistência, identidade.

ABSTRACT

This work proposes an analysis of the work *The Last Tragedy*, by Abdulai Silá, and a dialogue between literature and history to discuss dichotomous relations between colonizer and colonized. In this way, its initial approach is inserted in the bibliographic method to substantiate the colonization process in Guinea-Bissau, and also independence, given that the novel has a plot located in the first period mentioned, but refers to the possibilities of interpretation of post-independence. The research debates an involving plot in which the narrator describes types that would be taken as representative of the colonizing white man, whose actions allude to the strategies of domination in Guinean soil, on the other hand, it approaches local characters that demystify the violent notion of passivity of the indigenous peoples present in other western diegeses that preserve this eurocentrist thought. It is, therefore, about diving into a narrative that rewrites the encounter of the (native) self with the other (colonizer), interpreting the former's acts of resistance against its violence, as a process for the search for an individual and collective identity.

Keywords : Guinean Literature, Abdulai Silá, coloniality, resistance, identity.

¹ Especializando em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e Universidade Aberta do Brasil, polo Redenção.

² Doutora em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (2014), Mestre em Letras pela Universidade Federal da Bahia (2009). Possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Ceará (2006). É professora de Literatura da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), atuando nas áreas de Estudos Teóricos da Literatura, nos eixos de pesquisa de Literaturas contemporâneas, Literaturas comparadas, Literaturas de João Guimarães Rosa, Literaturas Brasileira e Afro-Brasileira, Literaturas da Guiné-Bissau, Literaturas escritas por mulheres, Literatura e cidade.

1. Introdução

O presente trabalho propõe uma análise da obra *A última tragédia*, de Abdulai Silá. Romance que compõe a trilogia desse autor guineense, com a qual estreou sua carreira na prosa. Embora escrito em 1995, quando Guiné-Bissau já havia se constituído como república, a narrativa em questão situa todo o seu contexto histórico no período colonial. Segundo Augel (2011), há uma tentativa de compreensão das frustrações que persistiram na pós-independência, através do retorno ao período de maior tensão entre colonos portugueses e a população local.

Nesse sentido, tem-se uma obra que, distanciando-se dos construtos sociais que subalternizavam de forma predominante a população guineense ao sistema colonial e suas estruturas, busca recriar esse contato, revelando atitudes dos personagens representativos dos nativos que se rebelam ao julgo do estrangeiro. Logo, atentando-se a essas relações presentes na diegese silariana, objetiva-se analisar a dicotomia colonizador e colonizado que se constrói na trama, identificando as estratégias de dominação e os recursos de resistência a ela.

A interseção entre os dados históricos e os ficcionais contribuirá para a releitura dessa alteridade estabelecida no colonialismo. De maneira que se discuta a presença do invasor (português) e de sua atuação na desestabilização da cultura, política e demais áreas da sociedade bissau-guineense. Ao tempo em que se explicita a reação dos nativos e sua luta diante do sistema opressor desse estrangeiro.

Dos anos 1446 a 1963, Guiné-Bissau é marcada por intensa exploração. Enquanto colônia portuguesa, nesse ínterim, a população via sua produção servindo aos interesses do estrangeiro, sob regime opressor. Para garantir o julgo sobre a população local, o colonizador a desapropriou do usufruto de seus domínios concretos, suas posses, recorrendo à força da arma, mas sobretudo tentando destitui-la das suas subjetividades.

Diante desse cenário, a literatura assume a função social de tratar das subjetividades de um povo e denunciar as agruras vivenciadas pelos bissau-guineenses. Assim, o romance de Abdulai Silá trabalha pela consciência coletiva e pela elaboração da identidade.

Em *A última tragédia*, tem-se cenas em que a ficção se entrelaça com a realidade. Reconstrói uma atmosfera de atos revolucionários por meio dos

personagens tidos como representativos do povo guineense. Algo que no contexto de sua publicação tem o efeito de resgatar, também, os anseios que mobilizaram as lutas pela independência, mas que após ela não sustentaram o progresso esperado pela sociedade.

Ademais, a literatura produzida em Guiné-Bissau não possui a difusão em grande escala se comparada aos demais países africanos de língua portuguesa. Algo decorrente da escassez de investimentos em editoras. Logo, a análise dessa obra trará contribuições no campo acadêmico para os estudos literários, encorpando o processo de visibilidade para essa tal produção.

Os achados da pesquisa se incorporam à interpretação crítica sobre o processo de colonização. Resignificam a atuação dos nativos no período colonial, desmitificando a ideia eurocentrista de passividade da população local frente às investidas do colonizador. O estudo se baseia a partir da seguinte indagação: quais estruturas de dominação e recursos de resistências se constroem na relação entre os colonizadores e os protagonistas da obra *A última tragédia*?

A pesquisa é de natureza bibliográfica que consiste na leitura e análise detalhada da referida obra literária e de estudos teóricos, relacionando a narrativa aos aspectos sociais do período em que esta se insere. A coleta de dados faz-se a partir da produção adjacente acerca do contexto histórico de Guiné-Bissau, a fim de colocá-la em tensão com tais referentes sócio-históricos para análise da trama do romance.

Ainda que a obra desloque historicamente a pesquisa para o final do século XX, a discussão proposta remete a debates atuais acerca da situação política e socioeconômica da sociedade guineense e, em contexto macro, remonta aos resquícios das relações de alteridade que ainda persistem. Suas interações dentro do enredo elucidam como o cruel processo de branqueamento ou assimilação exclui e dificulta a emancipação da população local.

2. Da colonização à pós-independência: um breve panorama dos aspectos históricos e literários de Guiné-Bissau

Os portugueses chegaram à Costa Africana no século XV. A estratégia inicial para ocupar o espaço se estabeleceu através das feitorias que, sob a alegação de facilitar a comercialização de produtos, funcionavam como pontos de demarcação dos seus domínios à medida em que adentravam o território. Sem ter condição de explorar áreas mais internas do continente, fizeram parcerias com os chefes tradicionais para garantir a extração das especiarias, no entanto, o tráfico da população nativa tornou-se rapidamente uma forma lucrativa (MONTEIRO, 2013).

O sistema escravocrata implantado pelo colonizador português assumiu um caráter cruelmente desumano, coisificando os nativos. Não raro a subordinação pela força gerou os atos de resistência que findavam em dizimação dos grupos escravizados. Para Monteiro (2013), a partilha do continente africano pelas potências europeias, a partir da conferência de Berlim, entre os anos 1884 e 1885, motivada pela incursão predatória e a disputa pelo mercado escravocrata, tensionou ainda mais os conflitos entre os povos e fragilizou impérios locais, devido à demanda do tráfico humano pelo atlântico.

Dessa forma, o domínio português em Guiné-Bissau se estrutura pela instalação do entreposto de Cacheu, em 1630, mais tarde também pela capitania de Bissau, em 1662 (SILVA, 2000). No entanto, os centros comerciais não se expandiram e ficaram susceptíveis às investidas das demais potências europeias. A rede de comércio cresce no século XVII, alimentada por toda a sorte de indivíduos das mais variadas classes sociais, vindos na sua maioria de Cabo-Verde.

As moedas de transação continuavam girando em torno das riquezas naturais, mas a comercialização da população local escravizada figurava como uma das principais atividades.

Quando o mercado escravocrata enfraqueceu, já no final do século XVIII, com o fim do pacto colonial, os portugueses investiram na extração de produtos naturais. Tiveram que expandir seus domínios para além dos entrepostos próximos ao litoral e adentrar o país, processo que, segundo SILVA (2000, p.36), seria “uma nova colonização” marcada pela violência, haja vista que a conquista do território se deu por meio da atuação ostensiva das forças militares, contra a população local que, para

além da resistência à ocupação de suas terras, rebelava-se, devido a abusiva cobrança de impostos.

No início do século XX, a dominação política e econômica dos colonizadores emprega um sistema administrativo que despersonaliza o cidadão bissau-guineense, classificando-o como indígena. Indivíduo que, segundo o estatuto criado, era destituído de direitos e que só poderia reavê-los na condição de assimilado (SILVA, 2000, p.38).

Cabe aqui, por antecipação da análise mais detalhada que seguirá nas próximas sessões, a alusão à obra *A última tragédia*, relacionando a inserção da protagonista Ndani no mundo do branco ao que se estabeleceu pelo estatuto criado para as colônias, em 1914. A jovem passa por um longo processo de aculturação forçada para se enquadrar no mundo do colonizador. O estatuto dos indígenas portugueses, em seu artigo 4º, define que:

O Estado promoverá por todos os meios o melhoramento das condições materiais e morais da vida dos indígenas, o desenvolvimento das suas aptidões e faculdades naturais e, de maneira geral, a sua educação pelo ensino e pelo trabalho para a transformação dos seus usos e costumes primitivos, valorização da sua actividade e integração activa na comunidade, mediante acesso a cidadania (FERREIRA; VEIGA, 1957, p.27).

Observa-se a anulação do modo de organização social, cultural, político, bem como das tecnologias já desenvolvidas pelos povos nativos, seja na agricultura, nas artes e outras áreas. Existe a imposição massiva de tudo o que é do colonizador para que o colonizado consiga o *status* de civilizado, o uso da cidadania.

Esse cenário hostil de violência física e psicológica somou-se ao abusivo imposto de palhota, criado propositalmente para gerar trabalho forçado dos habitantes, uma vez que os povos não tinham como acumular o valor em espécie. O efeito desse tratamento severo resultou em constantes revoltas. Segundo Monteiro (2011, p. 230), “o que impulsionou tais resistências foi a destituição do poder aos africanos, os abusos excessivos e a imposição cultural, como também a falta da liberdade, a soberania e a independência”.

As resistências de cada grupo étnico, ainda que de forma isolada, aos poucos despertaram a ideia de unidade para a luta pela libertação. Nesse ínterim, vários povos foram massacrados pelos portugueses que detinham, indubitavelmente, maior poder bélico.

Destarte, na primeira metade do século XX, tem-se o movimento das resistências primárias, que se caracterizavam pelas batalhas travadas pelos pequenos grupos étnicos. As resistências secundárias eram lideradas por intelectuais dos espaços urbanos, a partir de 1952 (MONTEIRO, 2011). A sonhada independência resultou da luta armada que começou em 1963, perdurou por 11 anos, organizada pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde – PAIGC, liderado por Amílcar Cabral, mas também das articulações internacionais por meio das denúncias das atrocidades que o sistema colonial perpetrava em Guiné-Bissau.

Proclamada a independência, em 1973, a população não teve as expectativas correspondidas. O país havia sido sucateado pelos portugueses e pelos efeitos da guerra colonial. Entre as marcas da pós-independência tem-se os conflitos políticos que persistiram, o elevado nível de analfabetismo, a assistência precária à saúde e o fenômeno das sucessivas secas que gerou fome e fez migrar parte da população para países vizinhos (SILVA, 2000).

É neste contexto pós-independente que o autor Abdulai Silá desenvolve suas obras. Seus primeiros romances demonstram um engajamento social, com disposição para compreender o presente imerso nas contradições de uma sociedade que lutou pela libertação, mas que, segundo Augel (2005), permaneceu alicerçada no benefício próprio dos governantes que criaram parcerias com os países estrangeiros, dando-lhes privilégios políticos e econômicos.

Em *A última tragédia*, essa crítica engajada é trabalhada. O autor traz propositalmente personagens que aludem às relações de alteridade entre colonizador e colonizado. Em determinadas cenas, apresentam o estado de assimilação dos nativos e até o deslumbre destes com o mundo do europeu, como acontece com a protagonista Ndani, no primeiro momento. No entanto, o romance destaca os diferentes níveis de violência empregados nesse processo de subalternização desses personagens, demonstra as resistências deles e questiona qualquer tipo de passividade.

Para Augusto Cá (2020, p.42) “a alternância entre o passado e o presente nas narrativas do autor percorre todo o caminho da banalização da violência, de desigualdade social e de falta de compromisso com o projeto de nação.” Uma literatura pós-colonial, que se propõe trazer as memórias dolorosas do período histórico colonial e confrontar comportamentos atuais enquanto resquícios do passado.

Nessa perspectiva, as obras de Abdulai Silá e demais autores da pós-colonialidade confundem-se com os textos utilizados por escritores engajados nas guerrilhas da pré-independência (FERREIRA, 1987). A correspondência se faz pela denúncia do cenário que continuou opressor para população. Mesmo depois de 1973, Guiné-Bissau sofreu devido à má administração dos seus próprios líderes.

A verossimilhança dos enredos com os fatos históricos contribui para aguçar a reflexão sobre as circunstâncias que engendraram a luta dos povos guineenses. Aspectos como a identidade, a cultura, as tradições, que se reconstruem no encontro com o outro. Uma relação conflituosa que impõe novos valores e conceitos do opressor em detrimento das singulares dos nativos.

Ademais a obra em análise compõe os romances de Abdulai Silá que provocam o guineense a pensar sobre o conflito no projeto identitário nacional a partir das duas culturas: colonizador e colonizado (CÁ, 2005). Para tanto, utiliza as relações de confronto e cumplicidade por meio de personagens que tipificam os dois mundos.

3. O colonizador e suas estratégias de dominação

A imagem do colonizador em África não se restringe à figura do europeu intelectual e de família nobre. Para o processo de povoamento e ocupação gradual dos territórios, os impérios europeus tiveram que se valer das classes menos abastadas, iletradas. Isso porque as colônias não apresentavam condições consideradas ideais para as elites.

Guiné-Bissau, entre todos os territórios colonizados pelos portugueses, era um dos mais pobres (SILVA, 2000), de forma que, ao país, foram enviados os menos afortunados, aqueles de estrato social mais vulnerável. No enredo do romance, Abdulai Silá utiliza o narrador onisciente para apresentar, por meio da descrição do pensamento de Bsum Nanki, o régulo de Quinhamel, o perfil dos colonizadores que chegavam ao país:

Ou pensa que ele não sabe? A maior parte dos brancos que vêm para Guiné é branco coitado. É para arranjar a vida porque lá na Metrópole não têm nada. Se do Norte é pescador. Se é do Sul, também é pescador. Se é do centro, é camponês, o trabalho é lavrar batata ou apanhar uva para fazer vinho (SILÁ, 2011, P.74).

O autor tipifica esse colonizador em alguns personagens. Inicialmente, representado na obra pelo Sr. Leitão e Maria Deolinda, casal que foi para Guiné-Bissau por falta de escolha. Fato que o narrador revela, com o uso do discurso direto da esposa:

- Sabes, Daniela, nós queríamos ir para Angola ou Moçambique. Eu queria ir para Moçambique! Sabes por quê? A África do Sul é bem pertinho. Se a gente não se safar num lado, passa para o outro. A África do Sul é muito rica, ganha-se muito dinheiro. Mas tivemos azar. Mandaram-nos para aqui (SILÁ, 2011, p.35).

A fala de Deolinda aponta traços reveladores do colonizador: a ganância e o desprezo. Se de todas as colônias lusitanas, foram levados a explorar Guiné-Bissau, era necessário tirar o máximo de proveito financeiro. A insatisfação refletia, por conseguinte, no total desrespeito ao lugar e aos seus povos.

Monteiro (2013, p.94), destaca que esse fluxo para a Costa de Guiné era composto principalmente por comerciantes e mercadores de escravos, e que dentre esses “podiam ser encontrados indivíduos de diferentes estratos sociais, desde professores, padres, administradores, soldados, mercenários, entre outros que estavam à procura de ouro, marfim e escravos”. A autora ainda elenca dois tipos peculiares: os lançados e os tangomãos. O primeiro era na sua maioria degredados, condenados, delinquentes. Já o segundo compunha-se por aqueles portugueses miscigenados com os nativos. Ambos, porém, vindo principalmente de Cabo Verde.

Esses colonizadores, para exercerem sua conquista do território, criam estruturas de dominação dos nativos. O confronto armado por meio dos militares, por ser um recurso comum de opressão da colonização portuguesa, compõe um conjunto de ações para subordinar a população bissau-guineense.

Nesse sentido, ao seguir uma linha cronológica da narrativa silariana no romance em questão, percebe-se uma sucessão de violências estruturais de naturezas distintas. Estas violências não estão, todavia, numa pretensa lógica histórica. A princípio, elas se estabelecem na obra para ir marcando o processo de subordinação da personagem Ndani pelos seus patrões, nessa relação representativa da alteridade.

A primeira estrutura retratada nessa perspectiva da cronologia da ficção é o processo de apagamento das subjetividades do outro. Ele começa no enredo, a partir da obrigatoriedade de mudança de nome da protagonista Ndani posta por Deolinda.

A patroa desconfia que o nome da criada é de origem russa e, por isso, inaceitável. Contudo, a substituição, para além do desconhecimento da suposta raiz etimológica do termo, expressa a necessidade desse colonizador em tirar de Ndani algo substancial que a marque na individualidade e na alusão a sua etnia.

Com tanto nome bonito português que há por aí, o teu pai escolhe para ti um nome russo! [...] A gente vem para este inferno para civilizar-vos e vocês a criarem confusão... Mas nome comunista na minha casa é que não vou tolerar. Nunca! O teu nome vai ser Daniela, ouviste? A partir de hoje, tu és Daniela, Da-ni-e-la. Maria Daniela e mais nada (Silá, 2011, p.31)

A personagem Maria Deolinda defende a ideia de que o processo civilizatório, do qual os colonizadores tinham a incumbência, implicava em retirar dos nativos tudo que remetesse à condição, conforme sua visão, de primitivos e pagãos. O nome da população local e seus significados, dessa forma, seria um fator que impediria o desligamento com a cultura autóctone. Esse processo, segundo Umabano (2014, p.43), expressa uma violência pela forma brusca como era realizado, e, “sendo o nome um componente cultural identitário, a sua mudança aniquila toda a história à volta dela e da pessoa em causa”.

Para Augusto Cá (2020, p.47), esse primeiro momento na vida da personagem em contato com o branco é uma “denúncia das violências da colonialidade”. Há, também, nessa cena, uma ligação temporal que salta do contexto colonial para as lutas pela independência e nas relações da pós-independência entre Guiné-Bissau e Rússia. Os russos antagonizaram a voracidade do capitalismo imperial e forneceram apoio financeiro aos governantes guineenses após proclamarem a independência

Soma-se a esse processo de desconstrução da identidade da protagonista, a negação da patroa ao seu cabelo. “Ainda tinha que pentear o cabelo. Dona Linda não que ver aquelas tranças de indígena” (SILÁ, 2011, p.45). A imposição reforçada pela autoridade religiosa, inferioriza o fenótipo que singulariza a personagem, enquanto o substitui pelo traço considerado superior do “branco civilizado”.

Destaca-se aqui, enquanto segunda estrutura de dominação, a imposição da religião. Como já mencionado, no processo de subalternização do outro, o colonizador tentou quebrar os vínculos dos nativos com sua cultura. A mais enraizada no convívio das múltiplas etnias em África, e em particular, Guiné-Bissau, são as religiões que permeiam todos os povos. De acordo com Opoku (2010):

Essa onipresença no modo de viver dos povos africanos dava à religião tradicional um carácter global, no contexto da cultura de onde se tinha originado. Estava baseada em uma visão particular de mundo, que não incluía somente a percepção do sobrenatural, mas também a compreensão da natureza do universo, dos seres humanos e do seu lugar no mundo, assim como a compreensão da natureza de Deus, cujo nome variava de uma região para outra. Essencialmente espírito, Deus não possuía imagens nem representações físicas: era o criador e o pilar do mundo (OPOKU, 2010, p.592).

O excerto enfatiza esse carácter inerente da visão religiosa que rege o fazer dos povos africanos, a sua maneira de ser e estar, as relações interpessoais, enfim, a sua cultura. Retirar isso de um indivíduo é deixá-lo em desalento consigo, com sua comunidade e com o espaço que também o caracteriza.

A jovem Ndani teve sua tradição religiosa relacionada a aspectos de atraso frente ao “processo civilizatório” que o país estava a vivenciar, segundo sua patroa. Maria Deolinda ainda expõe o entendimento que teve sobre a vinda dos europeus para a África:

O padre me disse que os europeus vieram a África para salvar os africanos. Estás a ouvir, Daniela? O padre ainda disse que dantes esta salvação consistia em levar os negros para longe, lá para as Américas, onde não teriam nem máscaras, nem estatuetas que veneravam, e muito menos as árvores sagradas (SILÁ, 2011, p. 40-41).

Nota-se que, assim como na realidade, a imposição da religião no romance atinge dois objetivos dos colonizadores: difundir as suas crenças cristãs ao tempo em que desnudar o outro desse aspecto substancial da sua cultura facilitaria seu isolamento subjetivo e reduziria o sentimento de pertencimento ao seu meio. Dessa forma, o caminho para “civilizar” os nativos seria mais livre das barreiras culturais locais.

Umabano (2014) ressalta que, para além da conversão obrigatória à qual os criados nativos eram sujeitos, tal como Ndani, a fé cristã foi posta como condição necessária para que os a população local fosse considerada civilizada e, por conseguinte, gozasse dos direitos mínimos. Conforme a autora, a “população usava a cristandade como uma identidade étnica, não pelo facto de serem fiéis praticantes desta religião, mas sim como forma de provar o seu estatuto de civilizado” (UMABANO, 2014, p. 44).

Nesse sentido, a conversão à fé cristã não se tratava de algo genuíno, como se verá na seção seguinte. Todavia consistia, a priori, pelo plano do colonizador, na

negação das crenças nativas e participação das programações na igreja. Ademais, ao aludir a fala supracitada da personagem Maria Deolinda, essa adesão se concretizava também pelo abandono de objetos simbólicos das religiões locais e na sua substituição por apetrechos do cristianismo. Algo que ocorreu com Ndani ao ser exigido dela o uso do crucifixo.

Na personagem de Ndani projeta-se outra estratégia inerente ao sistema colonizador, a coisificação dos corpos dos nativos por meio dos abusos sexuais. No romance, o autor revela esse traço cruel da relação de poder entre os senhores, representados pelo sr. Leitão e seus criados, ao abordar a cena em que Maria Deolinda flagra seu marido violentando Ndani:

Lembrou-se disso um dia à tarde, quando regressou à casa antes da hora habitual e ouviu os gemidos no quarto da criada. Não foi necessário entrar no quarto, soube logo o que tinha acontecido. O que não soube foi o que dizer ao marido, que naquele momento abandonava o quarto da criada com o rosto a sangrar de arranhões, a camisa aberta, as calças desabotoadas, os pés descalços (SILÁ, 2011, p.66).

As relações entre os homens colonizadores e as mulheres nativas, mesmo quando consentidas, representavam para o sistema colonial uma forma de o branco expandir seu poder e minar as crenças e valores locais pelo viés da miscigenação. Os atos sexuais forçados eram demasiadamente comuns e, ainda que alguns historiadores tenham analisado esse comportamento como recurso de neutralização da hierarquia, eles majoritariamente ostentavam o domínio, a posse do corpo do outro, a transformação do nativo em objeto (SANTOS, 2015).

Ndani não amargava apenas a violação sexual do patrão, sofria também pelo silenciar dessa atrocidade por saber que qualquer grito de protesto seria abafado pela conduta social dos brancos, dos patrões. O estupro era, entre as violências vivenciadas por ela, um ato de demonstração da autoridade do patrão que buscava se estender sobre seu corpo. A descrição da cena, porém, mostra a resistência da personagem ao lutar fisicamente contra o patrão.

Outro personagem a partir do qual se analisa mais uma estrutura de dominação do colonizador, é o chefe local. Através dele se destaca no romance, a estratégia da administração indireta: “Para o bom funcionamento do aparato colonial, era necessária a constituição de uma mínima camada que fizesse a ponte entre os dois mundos” (AUGEL, 2005, p.125). Em *A última tragédia*, Bsum Nanki, o régulo de

Quinhamel, representa essa alternativa administrativa dos portugueses para manter os povos sob seu regime opressor.

Dentro do referido sistema, a hierarquia dentro das colônias era estabelecida entre o administrador geral, um português designado pela coroa, detentor da autoridade máxima e o chefe local que assegurava a subserviência dos nativos. Betts (2010) ressalta que esse tipo de administração foi uma alternativa para que os europeus, não só em Guiné-Bissau, mas em toda a África, conseguissem adentrar os países, pois para a conquista do interior não havia colonos suficiente. Apenas nos povoados costeiros, nos quais havia maior concentração dos colonizadores, permanecia a administração direta.

4. A população guineense e os recursos de resistência

Nesta seção, analisa-se, por meio dos personagens representativos em *A última tragédia*, como a população guineense resistiu ao colonialismo. Os aspectos a serem abordados não esgotam as iniciativas de resistência do país que envolvem as lutas armadas, as articulações políticas entre outras.

Ao longo de toda a ocupação portuguesa, as múltiplas etnias que constituíam a Guiné-Bissau recusaram o comportamento passivo frente a invasão. De forma que as lutas entre colonizadores e colonizados em solo guineense foram sangrentas, com motivações que “oscilaram entre as questões inerentes à submissão ao pagamento de impostos, ao cultivo forçado de produtos de exportação, trabalho forçado, serviço militar, obediência às autoridades portuguesas” (MONTEIRO, 2013, p.101).

No processo de resistência, há recursos que, para além dos confrontos ostensivos, articulam-se de maneira mais sutil no contato com o outro opressor. Abdulai Silá cria no percurso do enredo de *A última Tragédia*, um jogo entre colonizador e colonizado. Mostra simultaneamente as estruturas de dominação e o modo com o qual os personagens que tipificam os nativos subverteram-nas.

Os primeiros acontecimentos na vida de Ndani, no encontro com o branco, trazem atitudes da personagem que demonstram nas reações dela a recusa à desconstrução de sua identidade. Ao abordar a mudança do nome da protagonista, o narrador discorre que “nos primeiros dias tinha de prestar muita atenção, estar sempre

alerta, não fosse a patroa pensar que ela queria recusar o novo nome” (SILÁ, 2011, p,32). Ou seja, a aceitação ao novo nome não foi de fato, mas uma estratégia que Ndani tinha para que não recaísse sobre ela a violência da patroa.

A contestação da imposição do nome acontece também de maneira sutil pelo próprio narrador. Em algumas incursões, ele rompe o discurso neutro ao fingir o lapso de memória, supostamente esquecendo a substituição do nome da protagonista. “Manteve-se de pé junto à Ndani, aliás, Daniela, [...] (SILÁ, 2011, p.41). Há nessa atitude o questionamento à mudança instantânea imposta à personagem. De outra forma, essa cena relaciona a memória do narrador à vida de Ndani, pois ele a conhece desde a saída do Biombo. Logo o nome é inerente à história da pessoa, ao que ela representa, à identidade que tem para si e para os outros.

Umabano (2014), ao relatar a exigência da mudança de nomes, destaca que as etnias islamizadas apenas acrescentavam os novos nomes aos de origem nativa, em decorrência da religiosidade ou mesmo de acordos com os portugueses. Em circunstâncias diferentes, a religião do colonizador foi motivo para mudar o nome do professor, personagem que dentro do romance permanece sem denominação.

Discute-se, neste ponto, a religião como importante fator anticolonial, haja vista que os portugueses não lograram êxito no que pretendiam ao impor o cristianismo aos nativos. Ao menos no que diz respeito às crenças na fé cristã. Uma vez que a conversão estava entre as condicionantes para o nativo “torna-se civilizado”, eles o faziam com obrigação do status, “não pelo facto de serem fiéis praticantes desta religião” do colonizador (UMABANO, 2014, p.44).

Ao ser alvo da missão religiosa e civilizatória conjecturada por Deolinda, Ndani reage com estranheza à proposta da patroa de ir à igreja. “Mas igreja é coisa de branco, o Deus deles é que está lá dentro. [...] Não havia nada de preto lá. Até ela sabia que a igreja do preto era na baloba e o Deus dos pretos era o Yran” (SILÁ, 2011, p.39). Isso se traduzia na postura displicente da personagem quando estava na igreja.

Em determinados casos, para continuar com suas tradições religiosas, os guineenses juntaram elementos da cultura estrangeira para disfarçar a prática daquelas tradicionais ou mesmo misturá-las para que as crenças locais não se extinguissem. Recursos utilizados pelas populações locais em outros países em África durante o colonialismo. Segundo Opoku (2010):

Aqueles que não se haviam convertido faziam oposição ao domínio colonial e desafiavam as condenações dos missionários, simplesmente continuando a obedecer à sua fé e a praticar seus ritos, aberta ou clandestinamente. Aqueles que se haviam convertido ao cristianismo, e cujas crenças e atitudes estavam, portanto, fortemente influenciadas pela nova doutrina, exprimiam sua resistência integrando sincreticamente algumas das crenças tradicionais à sua nova fé (OPOKU, 2010, p.598).

No romance de Abdulai Silá, nota-se como as crenças das tradições religiosas são presentes na vida dos personagens, mesmo aqueles na condição de assimilados. No caso do personagem Bsum Nanki, após as constantes divergências com o chefe de posto, o régulo decidiu recorrer à magia local. “Chegou a um resultado que era o seguinte: vingança como chefe no lampran, mas sem nenhum Conselheiro desconfiar que ele foi que mandou. Saiu à procura de Kamala Djonko, o mais famoso Djambakus que havia em toda a zona” (SILÁ,2011, p. 80).

O comportamento do chefe local reforça a ideia da relação intrínseca da religião na vida dos povos africanos. Diante de outras possibilidades para lidar com o empecilho que era o chefe do posto, Bsum Nanki chega à conclusão de que a sua tradição torna-se a forma mais eficaz. Isso encontra consonância com o pensamento de Opoku (2010, p.598), ao discorrer que os nativos “muitas vezes, recorriam à magia, à intervenção dos antepassados e de seus deuses para combater a opressão colonial.”

A alusão ao personagem do chefe local de Quinhamel evoca também outra estratégia paralela de resistência: a obediência dissimulada entre as autoridades locais e os colonizadores. Como mencionado anteriormente, a administração indireta foi uma forma encontrada pelo invasor para garantir sua ocupação e sistematizar seu domínio. Segundo Monteiro (2013),

os portugueses tentaram estreitar relações com os chefes tradicionais africanos e posteriormente com seus povos, a fim de conseguir o total apoio e a inserção no interior do continente. Em troca dessa relação, ofereciam presentes, professavam falsas promessas, enfatizando sempre o interesse em estabelecer comércio dos produtos existentes no continente (MONTEIRO,2013, p.81)

Abdulai Silá, ao engendrar o personagem Bsum Nanki, contraria essa lógica da subserviência que o colonizador esperava da parceria administrativa com os chefes tradicionais. O régulo é um ser que busca a emancipação e vislumbra para esse caminho o ato de pensar. Provoca ruptura com os hábitos do seu povo ao se tornar o

primeiro chefe a selecionar seus conselheiros. Sabia da necessidade de ser assessorado nas decisões. Ele havia sondado o modo de agir do colonizador e a sua articulação mental para arquitetar planos que em tão pouco tempo submeteram a população nativa ao julgo estrangeiro.

Augusto Cá (2020, p.56) destaca quatro estratégias utilizadas pelo régulo para combater a opressão do seu inimigo: “a cortesia dissimulada, a mímica, a ab-rogação e a apropriação”. A primeira diz respeito à cautela no tratamento com o chefe do posto para manter a soberania relativa enquanto pensa sobre como reverter o julgo. A segunda é a imitação do *modus operandi* do oponente. A terceira é a recusa do pagamento dos impostos. Por último, a recorrência à equiparação do status do invasor por meio dos bens e do casamento com a mulher (Ndani) que tivesse conhecimento da cultura do opressor.

Tem-se a construção de um representante nativo que se apresenta como um visionário aguerrido, utilizando-se do próprio sistema colonial para desmontá-lo. Para tanto, defendia o pensamento como a arma mais eficaz. “No dia em que os pretos começarem todos a pensar, os brancos vão pôr-se fora da terra, disso estava certo” (Silá, 2011, p.82).

Fora a partir desse estratagema que surge a escola de Quinhamel. Espaço que, na concepção da personagem Deolinda, seria local de civilizar os nativos, mas para o régulo, era o ambiente para aguçar o pensamento crítico do povo. O que o leva a ser mais criterioso na escolha de um professor dentre a sua própria gente.

A narrativa concebe o chefe tradicional de Quinhamel como a figura heroica do seu povo. Representa, dentro de suas limitações, a figura de um intelectual que repensa o cenário hostil da colonização para os nativos e reconhece a necessidade do seu povo retomar o domínio dos territórios. O seu testamento documentaria suas ideias de rebeldia ao invasor, arquitetando seu plano para combatê-lo. “Pois, é um plano de como tirar os brancos a mandar nesta terra. Não! Não é matar ninguém. Não é matar nem expulsar ninguém. É só por os brancos no seu lugar” (SILÁ, 2011, p.116).

O ato de resistência na figura de Bsum Nanki, para Augel (2011), perpassa pela compreensão de que os estragos causados pela colonialidade cessariam, quando houvesse a consciência coletiva do seu povo para se rebelar. Esse propósito moveu seu plano inacabado em decorrência do seu falecimento, mas transformou o pensamento do professor e repercutiu na sua postura social engajada na escola.

5. Considerações Finais

A proposta de análise da obra *A última tragédia*, de Abdulai Silá, tem como base a escolha de cenas enquanto recortes das relações de alteridade que caracterizam a dicotomia colonizador-colonizado. A discussão perpassa as temáticas elencadas incorporando outros dados referenciais históricos e literários que repensam as nuances da colonialidade em Guiné-Bissau, presentes na obra em estudo.

A discussão apresentou respostas para a questão que norteou a pesquisa ao debater que a obra analisada se insere na literatura guineense como memória da colonialidade e suas violências. A trama nas relações entre os personagens que tipificam os nativos e aqueles que representam os colonizadores se constrói no jogo de dominação e resistência.

Abdulai Silá remete o leitor de sua obra à violência do processo de colonização em Guiné-Bissau. Percorre as estruturas de dominação: a imposição de elementos como a fé, a língua e a cultura do opressor, bem como o sistema administrativo abusivo e a repressão pela violência física e psicológica. Todavia aborda os recursos utilizados pelos personagens nativos que subvertem essas estruturas, enquanto forma de sobrevivência e articulação para combatê-las.

Os protagonistas são a representação de uma nação que se manteve resistente à invasão dos europeus. Aludem às lutas pela libertação que se evidenciam em suas atitudes de irreverência, sobretudo pela disposição psicológica que busca a autonomia frente às investidas do estrangeiro.

A obra, para além dos achados neste trabalho, possibilita ainda outras interpretações e estudo. No campo linguístico, há uma dinâmica de incursão da linguagem nativa que contraria a predominância do idioma adquirido do colonizador. Existem também aspectos históricos a serem abordados, seja na relação de Cabo Verde com Guiné-Bissau e deste com São Tomé e Príncipe. Este último enquanto local de deportação do personagem professor.

Ademais, em *A última tragédia* há a descrição do cenário histórico colonial de Guiné-Bissau, seus desdobramentos da exploração e resquícios que ficariam para a pós-colonialidade. Um registro da ambivalência desse contato do nativo com o

estrangeiro que busca forjar uma nova identidade para o guineense que, no entanto, resiste.

Referências

AUGEL, Moema Parente. **Pós-colonialismo, Neocolonialismo, Anticolonialismo**. In: O desafio do escombros: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

AUGEL, Moema Parente. **Três faces da nação**. In: A última tragédia. Abdulai Silá. Rio de Janeiro: Pallas, 2011

BETTS, Raymond F. **A dominação europeia: métodos e instituições**. In: História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935 / editado por Albert Adu Boahen. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010.

CÁ, Ianes Augusto. **Identidade e violência na construção da nação guineense: uma leitura das narrativas de Abdulai Silá**. 2020. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, Instituto de Humanidades e Letras - IHL, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira - Unilab, Redenção, 2020. Disponível em: <http://repositorio.unilab.edu.br:8080/jspui/handle/123456789/1999>. Acesso em: 24 de nov. de 2021.

FERREIRA, Manoel. **Dependência e individualidade nas literaturas africanas de língua portuguesa**. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/cesp/article/view/4258/0>. Acesso em: 23 de nov. de 2021.

FERREIRA, Ney; VIEGA, Soares da. **Estatuto dos Indígenas das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique** - Anotado e legislação complementar, 2ª ed. (Lisboa, 1957).

MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional – conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2013 (Tese de Doutorado). Disponível em: <https://bityli.com/rJzctL>. Acesso em: 12 de nov. de 2021.

OPOKU, Kofi Asare. **A religião na África durante a época colonial**. In: História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935 / editado por Albert Adu Boahen. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010.

UMABANO, Maria Filomena Gomes Correia. **Tradição e modernidade em Abdulai Silá: “Mistida” e o diálogo político-cultural**. Dissertação (Mestrado em Estudos Românicos: Estudos Brasileiros e Africanos) – Universidade de Lisboa. Disponível em:

https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/20329/1/ulfl176635_tm.pdf. Acesso em: 19 de nov. de 2021.

SANTOS, Daniel dos. **Ogó: encruzilhadas de uma história das masculinidades e sexualidades negras na diáspora atlântica**. Rev. Universitas humanas. Vol. 11, Nº 1, jan/jun. 2014. Disponível em: <https://www.gti.uniceub.br/universitashumanas/article/view/2923>. Acesso em: 14 de fev. de 2022.

SILÁ, Abdulai. **A última tragédia**. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.

SILVA, Dilma de Melo. **Por entre as Dórcades encantadas: os Bijagó da Guiné-Bissau**. São Paulo: Terceira Margem, 2000.